**ANTÓNIO CARLOS RIBEIRO D’ANDRADA MACHADO E SILVA**

Irmão de José Bonifácio d’Andrada, nasceu em Santos no dia 10 de Novembro de 1773. Veio, como seus irmãos, frequentar a universidade de Coimbra, e formou-se em Direito depois de ter seguido com altíssima distinção os cursos da faculdade.

Entrou na carreira da magistratura, exercendo o lugar de juiz de fora em Santos, e foi em 1815 promovido a ouvidor para Olinda.

A sua casa nesta cidade tornou-se brevemente numa espécie de academia política onde se expendiam as ideias mais avançadas, onde se discutiam as questões mais ardentes.

Era um verdadeiro clube democrático em que António Carlos, com a eloquência da sua conversação, acendia involuntariamente os ânimos dos juvenis frequentadores de sua casa, paixões que haviam de ter um resultado funesto.

Efectivamente em 1817 rebentava a revolução republicana de Pernambuco, a que António Carlos aderiu, apesar de não ter confiança no seu êxito, para não parecer que atraiçoava as ideias de que se fizera propagandista.

Isso lhe rendeu estar preso na Baía até 1821, ano em que foi amnistiado pela revolução liberal, e eleito deputado às cortes portuguesas pela província de S. Paulo.

Foi o mais ardente dos deputados brasileiros na defesa das prerrogativas do seu país, recusou assinar a constituição portuguesa, partiu para Falmouth, onde foi ele que redigiu o manifesto.

Partiu para o Brasil em seguida, tomou assento na câmara apoiando o ministério de seus irmãos, redigiu o projecto de constituição e defendeu-o como relator.

Quando o ministério Andrada caiu, António Carlos agrediu violentamente os seus sucessores, principalmente no terreno do *portuguesismo* que se lançava em rosto a esse ministério, e contra o qual António Carlos vibrou repetidas vezes os mais violentos e mais eloquentes discursos.

Dissolvida a constituinte António Carlos foi preso e desterrado em seguida. Voltou à pátria em 1828 para se justificar, conseguindo a sua reabilitação judicial.

Desde 1829 até 1831 esteve retirado à vida particular, em 1831 voltou à câmara sempre nas fileiras do partido avançado, combatendo contra os conservadores na tribuna e na imprensa.

Em 1835 estava o grande tribuno de novo na brecha parlamentar, e ali se conservou fazendo oposição, até que em 1840 levou a câmara a decretar, de acordo com o senado, a maioridade do imperador D. Pedro II.

Em seguida foi chamado ao poder, e geriu até Março de 1841 a pasta do Império.

Voltou então às fileiras da oposição, até que em 1842 foi dissolvida a câmara.

Só em 1845 tornou a ser deputado, e todos viram com espanto que a idade não lhe fizera perder os seus grandes dotes de orador.

Era ainda aos 76 anos o Mirabeau brasileiro, o repentista admirável, o homem das réplicas felizes, o orador essencialmente fogoso que sempre ali se manifestara.

Faleceu a 5 de Dezembro desse mesmo ano de 1845, deixando no Brasil, a par da gratidão pela parte importante que tomou na proclamação da independência do Império, uma admiração profunda pela sua eloquência, sendo considerado ainda hoje como o mais notável dos oradores parlamentares brasileiros.

(Pinheiro Chagas, 1909)